

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

INDICE

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Desempenho nos Negócios

- Resultados

No primeiro semestre de 2023 o Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco” ou “Andbank Brasil”) apresentou lucro operacional de R\$6.723 (prejuízo de R\$16.720 no mesmo período de 2022). Nosso EBITDA saltou de negativos R\$6.172 para um EBITDA positivo de R\$16.249.

Esses resultados refletem de forma positiva a parceria estratégica firmada com o Grupo Creditas, que potencializaram as receitas do Andbank Brasil. A intermediação financeira apresentou um crescimento de 1.242%, R\$159 milhões maiores que as receitas registradas no mesmo período de 2022. Sendo as operações de crédito o principal motivador, atingido um estoque de R\$1,1 bilhão em 30 de junho de 2023, refletindo assim um crescimento de receitas na ordem de R\$131 milhões em 2023, quando comparado aos seis primeiros meses de 2022.

As despesas com captações, “funding” das operações de crédito, fecharam o 1º semestre de 2023 em R\$76.518, representando 57,8% da receita com operações de crédito.

Para o segundo semestre de 2023, o Banco continua sua aposta no crescimento da carteira de crédito ao varejo e na busca de oportunidades para o crescimento estratégico de sua área de “private banking”.

- Agência de “Rating”

Avaliação nacional realizada em agosto de 2023 pela Fitch Ratings manteve a nota AAA(bra). Esta definição está em observação, aguardando a conclusão do processo de venda da licença bancária do Andbank ao Grupo Creditas, em tramite de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

BACEN – Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$75.795, em 30 junho de 2023.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2022 e de 2023:

	Patrimônio de Referência	PR Exigido (RWA)	Índice Basileia
<u>2022</u>			
Março	82.398	22.307	29,55%
Junho	76.460	20.441	29,92%
<u>2023</u>			
Março	281.409	116.417	19,34%
Junho	273.799	153.544	14,27%

- Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 19 de outubro de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional – Acordo operacional e de participação societária com Creditas – que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo origem e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetuada no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Creditas Financial Solutions, LLC., firmados em 6 de julho de 2022. Adicionalmente, referida nota destaca a manutenção do registro de créditos tributários com base em autorização concedida pelo Banco Central do Brasil, no contexto de possível troca do acionista controlador. A leitura dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração os assuntos anteriormente mencionados. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de outubro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Reapresentado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Junho 2023	Dezembro 2022
		Junho 2023	Dezembro 2022				
CIRCULANTE		883.856	119.158	CIRCULANTE		1.327.890	514.756
Disponibilidades	3	725	499	Depósitos:	12	1.280.757	437.308
Instrumentos financeiros:		533.864	3.494	Depósitos à vista		57.416	24.458
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	186.899	-	Depósitos a prazo		1.223.341	412.850
Títulos e valores mobiliários				Instrumentos financeiros:		235	48.394
e instrumentos financeiros derivativos:		346.965	3.494	Obrigações compromissadas	4 c.	-	47.791
Carteira própria	4 a.	343.247	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	4 d.	235	603
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	3.718	3.494	Outras obrigações:		46.898	29.054
Relações interfinanceiras:	5	439	571	Negociação e intermediação de valores	13 c.	5.718	2.553
Créditos vinculados		439	571	Obrigações fiscais	13 a.	14.584	2.923
Operações de crédito:		264.575	80.202	Diversas	13 b.	26.596	23.578
Setor privado	6	307.785	81.417				
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(43.210)	(1.215)	NÃO CIRCULANTE		405.089	153.091
Outros créditos:		52.363	28.911	Depósitos:	12	380.196	130.218
Rendas a receber	8 a.	39.656	18.930	Depósitos a prazo		380.196	130.218
Ativo fiscal corrente		328	317	Outras obrigações:		24.893	22.873
Diversos	8 b.	12.379	9.664	Diversas	13 b.	16.964	16.461
Outros valores e bens:	10	31.890	5.481	Provisões	14	7.929	6.412
Outros valores e bens		2.495	-				
Despesas antecipadas		29.579	5.481				
(Provisão para outros valores e bens)		(184)	-				
NÃO CIRCULANTE		1.138.258	852.069	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	402.426	422.821
Instrumentos financeiros:		197.529	211.157	Capital		517.106	517.106
Títulos e valores mobiliários	4 a.	197.529	211.157	De domiciliados no exterior	16 a.	517.106	517.106
Carteira própria	4 a.	195.657	161.660	Reserva de capital	16 b.	2.309	2.396
Vinculados a operações compromissadas:	4 a.	-	47.846	Outros resultados abrangentes	16 d.	(974)	(1.467)
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	1.872	1.651	Prejuízos acumulados		(116.015)	(95.214)
Operações de crédito:		821.867	531.295				
Setor privado	6	826.880	534.420				
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(5.013)	(3.125)				
Outros créditos:		28.353	36.944				
Rendas a receber	8 a.	1.123	1.522				
Ativo fiscal diferido	9	24.836	33.013				
Diversos	8 b.	2.394	2.409				
Outros valores e bens:	10	90.509	72.673				
Despesas antecipadas		90.509	72.673				
Permanente		113.291	119.441				
Investimentos:		1.303	565				
Participação em controlada	23	1.303	565				
Imobilizado de uso:	11 a.	3.891	4.230				
Outras imobilizações de uso		11.364	11.199				
(Depreciações acumuladas)		(7.473)	(6.969)				
Intangível:	11 b.	108.097	114.646				
Ativos intangíveis		87.054	84.631				
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(59.957)	(50.985)				
TOTAL DO ATIVO		2.135.405	1.090.668	TOTAL DO PASSIVO		2.135.405	1.090.668
				E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Junho 2023	Junho 2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		171.663	12.795
Operações de crédito		132.396	1.864
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	39.871	11.297
Resultado de operações de câmbio		(604)	(366)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(120.401)	(3.199)
Operações de captação no mercado		(76.518)	(3.236)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(43.883)	37
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		51.262	9.596
Outras receitas/despesas operacionais		(44.539)	(26.316)
Receitas de prestação de serviços	17	31.231	16.207
Despesas de pessoal	18	(23.017)	(17.107)
Outras despesas administrativas	19	(25.434)	(17.602)
Despesas tributárias		(7.812)	(2.327)
Resultado de investimentos em controladas	23	703	(55)
Outras receitas operacionais	20	1.520	7.580
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(1.966)	(596)
Outras despesas operacionais	21	(19.764)	(12.416)
Resultado operacional		6.723	(16.720)
Resultado não operacional		-	10
Resultado antes da tributação sobre o resultado		6.723	(16.710)
Imposto de renda e contribuição social		(27.611)	(365)
Imposto diferido	22	(8.177)	(365)
Imposto de renda	22	(10.792)	-
Contribuição social	22	(8.642)	-
Prejuízo do semestre		(20.888)	(17.075)
Quantidade de ações ordinárias	16 a.	1.140.774.792	590.939.513
Prejuízo por ação - R\$		(0,01831)	(0,02889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ANDBANK (BRASIL) S.A.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Junho</u> 2023	<u>Junho</u> 2022
Prejuízo líquido do semestre	(20.888)	(17.075)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais -	35	2
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	458	(153)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	87
Resultado abrangente total	<u>(20.308)</u>	<u>(17.139)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2022		317.106	2.569	(1.543)	(74.791)	243.341
Ajuste de avaliação patrimonial	16.d.	-	-	(52)	-	(52)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	23	-	-	(21)	-	(21)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	16.b.	-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(17.075)	(17.075)
Saldo em 30 de junho de 2022		<u>317.106</u>	<u>2.482</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(91.779)</u>	<u>226.193</u>
Saldo em 1° de janeiro de 2023		517.106	2.396	(1.467)	(95.214)	422.821
Ajuste de avaliação patrimonial	16.d.	-	-	458	-	458
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	23	-	-	35	-	35
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	16.b.	-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(20.888)	(20.888)
Saldo em 30 de junho de 2023		<u>517.106</u>	<u>2.309</u>	<u>(974)</u>	<u>(116.015)</u>	<u>402.426</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Junho 2023	Junho 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) do semestre		(20.888)	(17.075)
Depreciação e amortização	21	5.838	6.117
Reversão de acordo operacional	20	-	(6.235)
Resultado de investimentos em controladas	23	(703)	55
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	43.883	(37)
Provisão para contingências	14	1.516	510
Amortização do ágio	21	3.688	4.421
Baixas do imobilizado		23	-
Atualização de depósito judicial	20	(4)	(100)
Impostos diferidos	22	8.177	365
Lucro (Prejuízo) ajustado		<u>41.530</u>	<u>(11.979)</u>
Varição de ativos e passivos:		<u>148.256</u>	<u>1.693</u>
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(329.385)	4.669
Redução em relações interfinanceiras		132	229
(Aumento) Redução em operações de crédito		(518.828)	18.990
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens		(67.279)	(3.755)
Aumento (Redução) em depósitos		1.093.427	(14.620)
(Redução) Aumento em obrigações compromissadas		(47.791)	4.200
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos		(368)	-
Aumento (Redução) em outras obrigações		27.424	(8.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.076)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>189.786</u>	<u>(10.286)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível		(2.423)	(1.910)
Aquisição de imobilizado		(238)	(1.073)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		<u>(2.661)</u>	<u>(2.983)</u>
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>187.125</u>	<u>(13.269)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	499	13.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	187.624	665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o preço unitário da ação)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo.

O Banco atua na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, intermediação de títulos e valores mobiliários, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros.

O Banco passou por um processo de transformação, implantando um novo modelo de Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação foram o Back e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos realizados no departamento comercial, permitiram ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão. O Banco busca por novas parcerias para elevação de sua base de clientes e, conseqüentemente, a elevação de seu faturamento. O Banco conta ainda com o compromisso e a capacidade do Controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

O Andbank Brasil aumentou significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos ("Triar") e em 3 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda ("Capital").

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco Andbank"), Andbank DTVM Ltda. ("Andbank DTVM"), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. ("Andorra Banc") e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC ("Creditas LLC") firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

- a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltda. ao Andorra Banc.
- b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM.
- c) Reestruturação societária para transferência do business de "private banking" do Banco Andbank à Andbank DTVM.
- d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil.

O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA (“Autoritat Financera Andorrana”) concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil) S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em 06 de julho de 2022 foi celebrado também contrato comercial entre Banco Andbank e Creditas Soluções Financeiras Ltda. (“Creditas Soluções Financeiras”), estabelecendo (i) serviços de indicação de operações de cessão de créditos originados pelo Grupo Creditas e (ii) a prestação de serviço pela Creditas Soluções Financeiras para a cobrança dos direitos creditórios que forem adquiridos pelo Banco Andbank. No primeiro semestre de 2023, foram adquiridos R\$753.396 (R\$686.745 no segundo semestre de 2022) em contratos de crédito sem coobrigação nas modalidades empréstimo pessoal com garantia de veículos, empréstimo pessoal consignado e financiamento de veículos (vide nota 6). Esse valor inclui 10% de prêmio pago sobre o valor presente dos contratos adquiridos, que vem sendo reconhecidos na adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação (vide nota 8b.), conforme previsto no contrato comercial. Os créditos adquiridos desde o 2º semestre de 2022 geraram receita com operações de crédito no período no montante de R\$131.268 (R\$0 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

Concomitante ao contrato de compra e venda entre as partes e a aquisição das carteiras, foi firmado acordo entre as partes para realização de serviços de cobrança e “fee” de incentivo, os quais geraram resultado de R\$2.247 e R\$20.881, respectivamente, registradas nas rubricas de Despesa administrativa – serviços técnicos especializados e receita com assessoria financeira (nota 17). O valor a receber referente ao “fee” de incentivo está registrado na rubrica de Outros créditos – receita de assessoria financeira no montante de R\$36.901 (R\$16.020 em dezembro de 2022) (nota 8a.).

Por fim, dada a situação atual de possível troca de controle do Banco, o Andbank requereu junto ao Banco Central a manutenção do crédito tributário existente em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$33.013, tendo sido aprovado em 19 de janeiro de 2023. No primeiro semestre de 2023 houve compensação de prejuízo fiscal de R\$8.177, resultando em um saldo de crédito tributário de R\$24.836 em junho de 2023, conforme nota explicativa 9.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil (investidas diretas e indiretas do Controlador constituídas no Brasil) com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que contemplam a legislação societária, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerão as do BACEN.

Conforme Resolução CMN n.º 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes.

Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 27).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2023.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

2.2.4. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4d. destas demonstrações financeiras.

2.2.5. Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

Os prêmios pagos pelas carteiras adquiridas são apropriados como redutora das receitas das operações de crédito, conforme fluência do prazo do contrato e integralmente reconhecidos no resultado quando ocorre sua pré liquidação ou na baixa para perda.

2.2.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7. Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8. Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de direitos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 não houve reconhecimento de perda por “*impairment*”.

2.2.10. Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (20%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida em Lei 14.446 em que a CSLL para os Bancos foi majorada em 1% (21%), para o período-base compreendido entre 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Desde março de 2022, o Banco não vem constituindo créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, mantendo os créditos constituídos e registrados no seu balanço com aprovação do Banco Central, conforme descrito na nota 9.

A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional – CMN, em seu inciso II do artigo 4º, orienta que a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

2.2.11. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumentos financeiros	4
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11b
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Receita assessoria financeira	17
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.12. Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

Provisões – referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.15. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – “Purchase Price Allocation”) e submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16. Investimentos

O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.18. Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19. Lucro (prejuízo) líquido por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

2.2.20. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.21. Alterações de normas contábeis

Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.
- CPC 46 - Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
CPC 06 (R2) – Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (i)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de “hedge”. (ii)	01/01/2025
Lei nº 14.467/33 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	01/01/2025
(i) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.	
(ii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.	

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4.966 (alterada pela 5.019/2022), a qual estabelece novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros e das relações de proteção (operações de “hedge”) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Essas regras seguem conceitos da norma internacional IFRS 9. A adoção desta resolução será a partir de 01/01/2025.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Andbank foi aprovado pelo Conselho de Administração em 05/12/2022, e está segregado em três fases (i) diagnóstico: identificação dos impactos da norma nos processos da entidade (“as is” e “to be”); (ii) transição: revisão e definição dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis e (iii) implementação: adequações sistêmicas e de governança para aplicação e acompanhamento das alterações.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final de 2024, e depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa dos itens regulatórios.

2.3. Reapresentação de saldos

O Banco, na preparação das suas demonstrações contábeis referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023, revisou a classificação de alguns ativos para melhor refletir suas naturezas e funções dentro de seu contexto operacional. Para fins de comparabilidade, o Banco optou por efetuar a reapresentação dos saldos apresentados comparativamente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As reclassificações impactaram as rubricas de Outros créditos – diversos e Outros valores e bens. Abaixo segue quadro comparativo demonstrando as reclassificações efetuadas:

Rubrica / Conta	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Antes do ajuste		Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Outros créditos - Diversos	70.456	58.383	12.073
Partes relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	6.849	-	6.849
Operações a liquidar com bolsa	966	-	966
Devedores por depósito em garantia	2.409	-	2.409
Devedores diversos	1.305	-	1.305
Custo de aquisição de operação de crédito	58.383	58.383	-
Outros	544	-	544
Outros valores e bens	19.771	58.383	78.154
Despesas antecipadas	19.771	-	19.771
Custo de aquisição de operação de crédito	-	58.383	58.383

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho 2023	Dezembro 2022
Disponibilidades em moeda corrente	36	341
Disponibilidades em moeda estrangeira	689	158
Total disponibilidades	725	499
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	186.899	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	187.624	499

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a) Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	Junho 2023			Dezembro 2022		
	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
<u>Carteira própria</u>						
Debêntures	1.819	1.819	-	-	-	-
Certificado de recebíveis agrícolas	229	239	10	-	-	-
Letra de crédito imobiliário	112	112	-	-	-	-
Letra de crédito agronegócio	629	629	-	-	-	-
Subtotal	2.789	2.799	10	-	-	-
<u>Títulos disponível para venda</u>						
<u>Carteira própria:</u>						
Letras do tesouro nacional	49.395	47.668	(1.727)	46.918	44.622	(2.296)
Letras financeiras do tesouro	97.608	97.618	10	43.812	43.808	(4)

	Junho 2023			Dezembro 2022		
	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado
Debêntures	433	-	(433)	433	167	(266)
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (ii)	290.074	315.024	-	-	-	-
	<u>437.510</u>	<u>460.310</u>	<u>(2.150)</u>	<u>91.163</u>	<u>88.597</u>	<u>(2.566)</u>
Vinculados a operações compromissadas:						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	47.851	47.846	(5)
	-	-	-	<u>47.851</u>	<u>47.846</u>	<u>(5)</u>
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras do tesouro nacional	1.884	1.872	(12)	1.700	1.651	(49)
Cotas de fundos de investimentos (ii)	2.539	3.718	-	2.539	3.494	-
	<u>4.423</u>	<u>5.590</u>	<u>(12)</u>	<u>4.239</u>	<u>5.145</u>	<u>(49)</u>
Subtotal	<u>441.933</u>	<u>465.900</u>	<u>(2.162)</u>	<u>143.253</u>	<u>141.588</u>	<u>(2.620)</u>
Títulos mantidos até o vencimento						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	75.795	75.795	-	73.063	73.063	-
	<u>75.795</u>	<u>75.795</u>	<u>-</u>	<u>73.063</u>	<u>73.063</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>75.795</u>	<u>75.795</u>	<u>-</u>	<u>73.063</u>	<u>73.063</u>	<u>-</u>
Total	<u>520.517</u>	<u>544.494</u>	<u>(2.152)</u>	<u>216.316</u>	<u>214.651</u>	<u>(2.620)</u>

(i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.

(ii) As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis.
- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Junho 2023			Dezembro 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	-	2.799	2.799	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	-	239	239	-	-	-
Letra de crédito imobiliário	-	112	112	-	-	-
Letra de crédito agronegócio	-	629	629	-	-	-
Debêntures	-	1.819	1.819	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	<u>147.158</u>	<u>318.742</u>	<u>465.900</u>	<u>137.927</u>	<u>3.661</u>	<u>141.588</u>
Cotas de fundos de investimentos	-	3.718	3.718	-	3.494	3.494
Letras do tesouro nacional	49.540	-	49.540	46.273	-	46.273
Letras financeiras do tesouro	97.618	-	97.618	91.654	-	91.654
Debêntures	-	-	-	-	167	167
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	-	315.024	315.024	-	-	-

b) Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Junho 2023 (i)	Dezembro 2022 (i)
Sem vencimento (ii)	318.982	3.494
A vencer até 360 dias	25.581	-
A vencer acima de 360 dias	199.931	211.157
Total	<u>544.494</u>	<u>214.651</u>

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil.

c) Obrigações compromissadas

	Dezembro 2022
	Total
<u>Carteira Própria</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	47.791
Total	<u>47.791</u>

d) Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$1.872 (R\$1.651 em dezembro de 2022). A posição em 30 de junho de 2023 tem vencimento para 02 de outubro de 2023 e 1º de novembro de 2023 e valor contratual de R\$110.949 e R\$9.585 respectivamente. Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

Estrutura de “hedge”

A estratégia de “hedge” é determinada com base nos limites de exposição a taxa de juros inerentes às operações de captação do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de variação de juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de “hedge” são os mais próximos possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 30 de junho de 2023, o Banco possui estrutura de “hedge” com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação da taxa de juros de suas captações a prazo (itens objeto de “hedge”) registradas na rubrica de “Depósitos a prazo” (Nota 12). A estrutura de “hedge” contábil destas operações foi constituída associando-se a um contrato de mercado futuro.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de “hedge” de risco de mercado

Item objeto de “hedge”	Vencimento	Valor captação	Instrumento de “hedge”	Variação no valor justo do objeto de “hedge”	Variação no valor justo do instrumento de “hedge”	Efetividade (%)	Diferencial a pagar
Depósitos a prazo	01/10/2023	105.066	Futuro DI	244.802	(254.443)	96,21%	(204)
Depósitos a prazo	01/11/2023	8.930	Futuro DI	24.597	(25.229)	97,49%	(31)

Composição dos valores de referência (“Notional”) registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência

	Junho 2023		Dezembro 2022
	De 3 a 12 meses	Total	Total
	<u>Estratégia de proteção</u>		
Posição comprada – Pré x DI	<u>120.534</u>	<u>120.534</u>	<u>113.066</u>
Total	<u>120.534</u>	<u>120.534</u>	<u>113.066</u>

- e) Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Junho 2023	Junho 2022
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	5.125	381
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	34.319	10.749
Resultado sobre contrato de futuro	427	167
Total	39.871	11.297

O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 30 de junho de 2023 foi de R\$961 (R\$1.419 em dezembro de 2022) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são assim sumarizadas:

- a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Junho 2023	Dezembro 2022
Cédula de crédito bancário (CCB)	647.919	333.212
Adiantamento a depositantes	1.012	7
Crédito Pessoal – Consignado	91.293	5.755
Financiamento	394.441	225.863
Subtotal operações de crédito	1.134.665	615.837
Total	1.134.665	615.837
Operações de crédito no ativo circulante	307.785	81.417
Operações de crédito no ativo não circulante	826.880	534.420

b) Diversificação da carteira por vencimento

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Total		Total	
	Saldo	%	Saldo	%
Vencidos:				
De 1 a 14 dias	94.951	33,66	35.779	52,19
De 15 a 60 dias	100.817	35,74	29.828	43,51
Acima de 60 dias	86.304	30,60	2.953	4,31
Total vencidos	282.072	100,00	68.560	100,00
A vencer:				
Até 90 dias	4.776	0,56	2.206	0,40
De 91 a 180 dias	2.982	0,35	1.055	0,19
De 181 a 360 dias	17.955	2,11	9.596	1,75
Acima 360 dias	826.880	96,98	534.420	97,66
Total a vencer	852.593	100,00	547.277	100,00
Total	1.134.665	100,00	615.837	100,00

c) Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Serviços	154	0,01	-	-
Comércio	174	0,02	-	-
Pessoas físicas	1.134.337	99,97	615.837	100,00
Total	1.134.665	100,00	615.837	100,00

d) Diversificação da carteira por nível de concentração

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	2.367	0,21	2.775	0,45
Dez maiores seguintes	5.710	0,50	9.926	1,61
Demais devedores	1.126.588	99,29	603.136	97,94
Total	1.134.665	100,00	615.837	100,00

e) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	Junho 2023				Dezembro 2022	
		Curso		Total da		Total da	
		normal	Vencidas(1)	carteira	Provisão	carteira	Provisão
AA	-	2.367	-	2.367	-	2.544	-
A	0,5	850.950	-	850.950	(4.254)	521.646	(2.607)
B	1,0	81.696	52.413	134.109	(1.341)	66.261	(663)
C	3,0	11.284	48.110	59.394	(1.782)	21.513	(645)
D	10,0	655	24.461	25.116	(2.512)	3.689	(369)
E	30,0	232	16.902	17.134	(5.140)	184	(56)
F	50,0	242	15.698	15.940	(7.970)	-	-
G	70,0	105	14.665	14.770	(10.339)	-	-
H	100,0	13	14.872	14.885	(14.885)	-	-
Total		947.544	187.121	1.134.665	(48.223)	615.837	(4.340)

(1) A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações com atraso igual ou superior a 15 (quinze) dias.

No semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo, bem como não houve recuperações de valores baixados para prejuízo. Em 30 de junho de 2023 foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$2.484 (R\$4.143 em dezembro de 2022).

7. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Junho	Dezembro
	2023	2022
Saldo Inicial	4.340	205
Constituição de provisão líquida de reversões	43.883	4.135
Total	48.223	4.340
Circulante	43.210	1.215
Não circulante	5.013	3.125

8. OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Junho 2023	Dezembro 2022
Comissões e corretagens a receber (a)	1.944	2.075
Receita de assessoria financeira (b)	36.901	16.020
Contas a receber venda de bem (c)	1.934	2.357
Total	40.779	20.452
Ativo circulante	39.656	18.930
Ativo não circulante	1.123	1.522

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

(b) Representa receita de incentivo (“incentive fees”) conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (vide nota 17).

(c) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b) Diversos

	Junho 2023	Dezembro 2022
		(reapresentado)
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	6.383	6.849
Operações a liquidar com bolsa	4.445	966
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	2.394	2.409
Devedores diversos	110	1.305
Outros (*)	1.441	544
Total	14.773	12.073
Ativo circulante	12.379	9.664
Ativo não circulante	2.394	2.409

(*) valor inclui saldo de conta transitória de baixa de parcelas de operações de créditos cujo valor é liquidado em d+1.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições:

- II Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e as seguintes movimentações:

	Saldo		Saldo	
	31/12/2022	Constituição (Reversão)	Realização	30/06/2023
<u>Diferenças temporárias líquidas</u>				
Provisão contingência trabalhista	398	-	-	398
Provisão devedores duvidosos	75	-	-	75
Processos cíveis	846	-	-	846
Processos fiscais	323	-	-	323
Bônus	572	-	-	572
Provisão com comissões	621	-	-	621
Outras provisões para pagamento	146	-	-	146
Ajuste valor de mercado (TVM)	1.327	-	-	1.327
Total referente a diferenças temporárias	<u>4.308</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.308</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>28.705</u>	<u>-</u>	<u>(8.177)</u>	<u>20.528</u>
Total (i)	<u>33.013</u>	<u>-</u>	<u>(8.177)</u>	<u>24.836</u>

- (i) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante.

Conforme mencionado no contexto operacional, o Banco assinou contrato de compra e venda de suas ações e, tendo em vista a troca de controle acionário e a necessidade de o adquirente apresentar um novo plano estratégico para mensurar inclusive a realização de tais créditos, foi solicitado ao Banco Central a manutenção dos créditos tributários constituídos e registrados em seu balanço em 31/10/2022. O pedido foi deferido pelo Banco Central em 19 de janeiro de 2023. A administração entende que a realização dos créditos tributários será realizada dentro do prazo estipulado pelo Banco Central.

Em 30 de junho de 2023, o Banco possuía R\$31.141 de créditos tributários não ativados, sendo R\$4.982 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$26.159 de diferenças temporárias (R\$8.072 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$4.982 de prejuízo fiscal e base negativa e R\$3.090 de diferenças temporárias).

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$21.751 em 30 de junho de 2023 (R\$29.023 em 31 de dezembro 2022).

10. OUTROS VALORES E BENS

	Junho 2023	Dezembro 2022
		(reapresentado)
Despesas antecipadas (a)	29.605	19.771
Bens não de uso	2.495	-
Custo de aquisição de operação de crédito (b)	90.483	58.383
Total	122.583	78.154
Provisão outros valores e bens	(184)	-
Total	122.399	78.154
Ativo circulante	31.890	5.481
Ativo não circulante	90.509	72.673

(a) Inclui R\$24.880 (R\$17.921 em dezembro de 2022) referente a “signing bonus” de retenção pagos a agentes autônomos e funcionários.

(b) Refere-se ao prêmio pago na aquisição da carteira de crédito originada pelo Grupo Creditas, representada por cessões de crédito sem coobrigação. O valor presente dos contratos, são registrados na rubrica “operações de crédito” e o prêmio em “outros valores e bens”.

11. PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Junho 2023			Dezembro
		Imobilizado	Depreciação acumulada	Total	2022
					Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	8.233	(4.425)	3.808	4.126
Equipamentos de informática/comunicação	10% a.a.	3.004	(2.947)	57	104
Equipamentos de segurança	20% a.a.	101	(101)	-	-
Imobilizado em curso	-	26	-	26	-
Total		11.364	(7.473)	3.891	4.230

b) Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Junho 2023			Dezembro
		Intangível	Amortização acumulada	Total	2022
					Total
Ativos intangíveis	(a) (c)	87.054	(32.273)	54.781	57.642
Ágio na combinação de negócios	(b) (c)	80.327	(27.011)	53.316	57.004
Ágio na aquisição de investimentos (d)	20% a.a.	673	(673)	-	-
Total		168.054	(59.957)	108.097	114.646

- (a) Inclui intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R\$17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – “Purchase Price Allocation”), segregados em: R\$13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R\$4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R\$17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – “Purchase Price Allocation”), segregados em: R\$7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R\$10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11% a.a.
- (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R\$41.832 e R\$38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11% a.a.
- (c) Testes de recuperabilidade de ativos intangíveis e dos ágios - Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e respectivos ágios, registrados através dos acordos operacionais realizados com Triar e Capital, foram determinados com base no método do fluxo de caixa descontado adotando o modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 8,63% a.a. A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável foi de 9,25%, para Triar e Capital.
- Com base nos testes realizados e na expectativa e planos de negócio do Banco Andbank, a Administração concluiu não existir fatores que indiquem a necessidade de reconhecimento de perdas com a recuperabilidade dos ativos intangíveis e dos ágios reconhecidos nos acordos operacionais realizados com Triar e Capital.
- (d) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$59.779, sendo o saldo em aberto em 30 de junho de 2023 de R\$6.168 (R\$ 10.843 em 31 de dezembro de 2022) o qual será pago em 01 parcela anual (vide a e b acima). O saldo em aberto é atualizado com base no índice CDI (vide nota 13 b).

Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$56.296, sendo o saldo em aberto em 30 de junho de 2023 de R\$24.747 (R\$ 30.045 em 31 de dezembro de 2022) o qual será pago em 02 parcelas anuais e consecutivas e uma parcela adicional três anos posterior a data da penúltima parcela (vide a e b acima e nota 13 b). O saldo em aberto é atualizado com base no índice IPCA (vide nota 13 b).

12. DEPÓSITOS

a) Composição por vencimento

Vencimentos	Junho 2023				Total	Dezembro
	À vista		A prazo			2022
	não ligadas	ligadas	não ligadas	ligadas		Total
Sem vencimento	57.281	135	-	-	57.416	24.458
Até 30 dias	-	-	2.343	-	2.343	432
De 61 a 90 dias	-	-	70.460	-	70.460	748
De 91 a 180 dias	-	-	334.688	178	334.866	19.305
De 181 a 360 dias	-	-	814.979	693	815.672	392.365
Acima de 360 dias	-	-	380.196	-	380.196	130.218
Total	57.281	135	1.602.666	871	1.660.953	567.526
Passivo circulante	57.281	135	1.222.470	871	1.280.757	437.308
Passivo não circulante	-	-	380.196	-	380.196	130.218

Conforme mencionado na nota 4d, o Banco possui estrutura de “hedge” com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação da taxa de juros de suas captações a prazo (itens objeto de “hedge”). Em 30 de junho de 2023 o ajuste de marcação a mercado negativo de R\$235 (R\$603 em dezembro de 2022) e estão registrados na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no Balanço Patrimonial.

b) Composição por segmento de mercado

Composição	Junho 2023			Dezembro
	À vista	A prazo	Total	2022
Ligadas (nota 15)	135	871	1.006	2.083
Governo	528	-	528	528
Pessoas físicas	26.771	103.665	130.436	67.435
Pessoas jurídicas	29.982	1.499.001	1.528.983	497.480
Total	57.416	1.603.537	1.660.953	567.526

c) Concentração por depositantes

Composição	Junho 2023			Dezembro
	À vista	A prazo	Total	2022
10 maiores	35.092	1.518.451	1.553.543	503.637
50 seguintes	11.990	39.782	51.772	36.358
Demais	10.334	45.304	55.638	27.531
Total	57.416	1.603.537	1.660.953	567.526

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Obrigações fiscais correntes

	Junho 2023	Dezembro 2022
IOF a recolher	205	235
Impostos e contribuições a recolher	14.379	2.688
Total	14.584	2.923
 Passivo circulante	 14.584	 2.923

b) Diversas

	Junho 2023	Dezembro 2022
Despesas de pessoal	6.835	6.786
Fornecedores	1.285	2.210
Despesas previdenciárias	602	618
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	2.223	49
Credores diversos (a)	32.325	29.991
Outros	290	385
Total	43.560	40.039
 Passivo circulante	 26.596	 23.578
Passivo não circulante	16.964	16.461

(a) Refere-se substancialmente a R\$6.168 (R\$5.789 em dezembro de 2022) de parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R\$24.747 (R\$24.013 em dezembro de 2022) de parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11 b).

c) Negociação e intermediação de valores

	Junho 2023	Dezembro 2022
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	4.445	966
Comissões e corretagens a pagar	1.273	1.587
Total	5.718	2.553
 Passivo circulante	 5.718	 2.553

14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2023	766	4.740	907	6.412
Movimentação do período refletida no resultado	1.414	527	(425)	1.516
Atualização / encargos	(7)	392	25	410
Constituição	1.421	135	-	1.556
Reversão	-	-	(450)	(450)
Saldo Final 30/06/2023	<u>2.180</u>	<u>5.267</u>	<u>482</u>	<u>7.929</u>
Depósito em garantia de recursos em 30/06/2023 (nota 8 b.)				2.394
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2022 (nota 8 b.)				2.409

- (i) Referem-se substancialmente a uma obrigação legal decorrente do questionamento de base de ISS no montante de R\$1.324 (R\$766 em dezembro 2022). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se substancialmente a ação de resolução da cessão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela empresa ELETRODIRETO - Central de Distribuição de Produtos S/A e cedida pelo ANDBANK à CAPAF, sendo o valor provisionado em 30 de junho de 2023 de R\$4.260 (R\$3.906 em dezembro 2022). Adicionalmente, existem também ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce S.A.
- (iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, com valor de causa conforme quadro:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Cíveis (a)	59.702	52.291
Trabalhistas	476	446
Fiscais (b)	<u>6.922</u>	<u>7.011</u>
Total	<u>67.100</u>	<u>59.748</u>

- (a) Refere-se substancialmente a ação indenizatória civil no valor original de R\$25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa ação pois a autora incluiu no polo passivo as partes que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. O valor contempla também uma ação de reintegração de posse de bens móveis no valor original de R\$20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás.
- (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspensão da cobrança, aguardando julgamento.

15. PARTES RELACIONADAS

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no primeiro semestre de 2023 essa remuneração foi de R\$460 (R\$390 em 2022). Não há benefícios de longo prazo.

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami), Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A.

O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as partes relacionadas acima referidas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<u>Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.</u>				
Valores a receber (i)	1	31	16	483
Valores a pagar (i)	(4)	(104)	(7)	(131)
Depósito à vista	(5)	-	(1)	-
Depósito a prazo	(552)	(30)	(534)	(26)
<u>Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.</u>				
Valores a receber (i)	10	110	124	573
Valores a pagar (i)	(195)	(1.504)	(37)	(385)
Deposito a vista	(115)	-	(82)	-
Depósito a prazo	-	(36)	(1.175)	(32)
<u>Andorra Banc Agricol Reig S.A.</u>				
Deposito em moeda estrangeira	689	(37)	158	65
Valores a pagar (i)	(2.024)	(2.024)	-	-
Valores a receber (ii)	5.441	(32)	5.064	501
<u>Andbank DTVM Ltda.</u>				
Valores a receber (i) (iii)	268	86	197	356
Valores a pagar (i)	-	(29)	(5)	(199)
<u>Andbank Luxemburgo</u>				
Valores a receber (ii)	-	21	565	(411)
<u>Andbank Advisory LLC</u>				
Valores a receber (ii)	364	41	604	372
<u>AndPrivate Wealth S.A.</u>				
Valores a receber (ii)	7	2	6	21
<u>Andbank Espanha</u>				
Valores a receber (ii)	267	14	253	-
<u>APW Uruguay S.A.</u>				
Valores a receber (ii)	25	4	20	-

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<u>APW Consultores Financeiros</u>				
Valores a receber (i)	-	-	-	49
Depósito à prazo (i)	(253)	(16)	(258)	(6)
<u>Pessoas físicas</u>				
Depósito à vista	(15)	-	(3)	-
Depósito à prazo	(66)	(7)	(30)	(2)
Total Deposito em moeda estrangeira	<u>689</u>	<u>(37)</u>	<u>158</u>	<u>65</u>
Total a receber - Outros Créditos Diversos e de receita de prestação de serviço	<u>6.383</u>	<u>277</u>	<u>6.849</u>	<u>1.943</u>
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas e de despesas de rateio	<u>(2.223)</u>	<u>(3.661)</u>	<u>(49)</u>	<u>(715)</u>
Total Depósito à Vista	<u>(135)</u>	<u>-</u>	<u>(86)</u>	<u>-</u>
Total Depósito à Prazo	<u>(871)</u>	<u>(89)</u>	<u>(1.997)</u>	<u>(66)</u>

- (i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas.
- (ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas.
- (iii) Em 30 de junho de 2023, o valor de R\$202 refere-se a despesas de comissão a ressarcir.

Em 30 de junho de 2023, o Banco possui R\$2.438 (R\$2.469 em dezembro de 2022) em empréstimo concedido a diretores da instituição, gerando resultado de R\$190. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2023 está composto por 1.140.774.792 ações ordinárias (1.140.774.792 em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal.

Em 8 de novembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 549.835.279 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R\$200.000. Com o aumento, o capital social passou de R\$317.106 para R\$517.106. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 21 de novembro de 2022.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

b) Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em fevereiro de 2019, em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. O saldo em 30 de junho de 2023 é de R\$2.309 (R\$2.396 em dezembro 2022).

c) Reservas de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 30 de junho de 2023 foi de R\$974 de desvalorização e de R\$1.467 em 31 de dezembro de 2022 de desvalorização.

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Junho 2023	Junho 2022
Rendas de intermediação (a)	7.602	13.332
Remuneração operação estruturada (b)	1.515	1.894
Receita de assessoria financeira (c)	20.881	-
Rendas de corretagem de câmbio	845	610
Rendas de serviços de custódia	388	371
Total	<u>31.231</u>	<u>16.207</u>

(a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.

(b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

- (c) Representa receita de incentivo (“incentive fees”) conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional. O valor foi calculado por estimativa de resultado contábil esperado até dezembro de 2023 considerando a expectativa de receita da carteira adquirida menos os custos envolvidos na operação.

18. DESPESAS DE PESSOAL

	Junho 2023	Junho 2022
Proventos	(14.634)	(10.023)
Encargos Sociais	(3.500)	(3.446)
Benefícios	(4.257)	(3.089)
Pró-labore	(460)	(390)
Remuneração de estagiários	(119)	(131)
Treinamento	(47)	(28)
Total	<u>(23.017)</u>	<u>(17.107)</u>

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho 2023	Junho 2022
Serviços do sistema financeiro (a)	(7.927)	(8.329)
Processamento de dados (b)	(5.369)	(3.580)
Serviços técnicos especializados (c)	(7.502)	(1.453)
Aluguéis	(1.329)	(1.409)
Serviços de terceiros	(407)	(297)
Comunicações	(431)	(501)
Publicação	(25)	33
Viagens	(246)	(132)
Transporte	(96)	(70)
Outras (d)	(2.102)	(1.864)
Total	<u>(25.434)</u>	<u>(17.602)</u>

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.
- (c) Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira.
- (d) Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R\$476 (R\$380 em 2022), despesas com condomínio de R\$325 (R\$294 em 2022), associação de classe de R\$215 (R\$219 em 2022).

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Junho 2023	Junho 2022
Prestação de serviços exportação (a)	724	879
Recuperação de despesas (b)	196	-
Reversão de provisões operacionais	593	136
Atualização de depósitos judiciais	4	100
Interbancária	3	3
Outras receitas operacionais (c)	-	6.462
Total	1.520	7.580

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

(b) Refere-se a recuperação de despesas com retomadas de veículos

(c) Em 2022 refere-se principalmente a reversão parcial de acordo operacional em R\$6.235.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho 2023	Junho 2022
Amortizações e depreciações	(9.526)	(10.538)
Constituição / atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(1.966)	(596)
Interbancária	(3)	(3)
Reversão de depósitos judiciais	(150)	(8)
Despesas legais com retomadas	(2.951)	-
Provisão despesa de tecnologia	(2.024)	-
Provisão de custo na aquisição de operação de crédito	(3.629)	-
Outras (a)	(1.298)	(1.867)
Total	(21.547)	(13.012)

(a) Inclui R\$1.141 (R\$1.670 em 2022) referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Junho 2023	Junho 2022
<u>Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social</u>		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.723	(16.710)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	(3.013)	7.520

	Junho 2023	Junho 2022
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(1.529)	(2.179)
Amortização de ágio	(1.659)	(1.989)
Participações em controladas	316	(26)
Reserva de reavaliação	(39)	(39)
Outras despesas não dedutíveis	(147)	(125)
(Inclusões) Exclusões Temporárias (a)	(23.069)	(5.706)
Provisão para pagamentos	(3.510)	(3.829)
Provisão para devedores duvidosos	(19.296)	(1.877)
Outras temporárias	(262)	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	8.177	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(27.611)	(365)
Imposto corrente	(19.434)	-
Imposto diferido	(8.177)	(365)

(a) Crédito tributário não ativado.

23. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

Empresa	Capital Social	Resultado período	Reflexa (b)	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência	
							Junho 2023	Dezembro 2022	Junho 2023	Junho 2022
Andbank DTVM (a)	1.795	703	(14)	1.303	179.473.047	99,9888%	1.303	565	703	(55)

(a) Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Andbank DTVM") incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

(b) A reflexa refere-se ao MTM de Títulos Disponíveis para Venda registrado em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido da investida.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 30 de junho de 2023, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 14,27% (31,63% em 31 de dezembro 2022).

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Capital Principal antes das deduções	402.426	519.502
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(128.627)	(240.044)
Patrimônio de Referência (PR)	273.799	279.458
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(120.255)	(208.787)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	153.544	70.671

- b) O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 30 de junho de 2023 estão registrados em contas de compensação R\$1.724.401 (R\$1.490.587 em dezembro de 2022).
- c) Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras e auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2023, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO E INTEGRADO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial.
- Taxas de juros.
- Preços de ações.
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria do Banco.

Gerenciamento do risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos –COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

Gestão de Capital

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

Divulgação das informações relativas à gestão de riscos

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional.
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital.
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3.
- d) Formulário de referência.
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

26. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado	<u>(20.888)</u>	<u>(17.075)</u>
Resultados não recorrentes	<u>20.881</u>	<u>6.235</u>
Acordo operacional (a)	-	6.235
Remuneração operação estruturada (b)	20.881	-
Resultados recorrentes	<u><u>(41.769)</u></u>	<u><u>(23.310)</u></u>

(a) Refere-se à reversão parcial de provisão de pagamentos futuros do acordo operacional com a Triar conforme previsto em contrato face a retirada antecipada de banqueiros (nota 20).

(b) Representa receita de incentivo (“incentive fees”) conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Credits LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (nota 17).